

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO – AAD: ESCAVANDO A ARQUEOLOGIA DO SABER

[THEORITICAL-METHODOLOGICAL ASSUMPTIONS OF ARCHAEOLOGICAL DISCOURSE ANALYSIS – AAD: EXCAVATING THE ARCHEOLOGY OF KNOWLEDGE]

Andrea Cardoso da Silva *

Erenildo João Carlos **
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

RESUMO: Ao longo de sua trajetória de vida, as investigações foucaultianas foram sendo marcadas por interesses distintos e, por isso, desenrolaram-se em várias direções. Estudiosos (Machado, 2009; Aquino, 2013; Veiga-Neto, 2014) apontam três fases nesse percurso: a arqueológica, centrada no saber; a genealógica, interessada pelo poder; e a ética, voltada para a constituição do sujeito. Ocupando-nos com a primeira fase, esse artigo registra uma série de pressupostos teórico-metodológicos da Análise Arqueológica do Discurso – AAD. Os achados encontrados e anotados nesse artigo, resultam de um processo de escavação do livro *A arqueologia do Saber* (2008), no qual Michael Foucault esboçou o *modus operandi* que utilizou no tratamento do objeto-discurso, de distintas modalidades discursivas, a exemplo da loucura, da sexualidade e do discurso médico, em suas pesquisas de juventude. A linguagem como terreno de escavação do discurso, a zona arqueológica do discurso, a positividade do discurso (existência, objetividade, exterioridade e produtividade), o discurso como enunciado e os constituintes enunciativos do discurso (referencialidade, posição de sujeito, campos associados e materialidade) figuram no elenco de achados anotados. Com efeito, tais achados assinalam alguns dos pressupostos que fundamentaram e

ABSTRACT: Throughout his life, Foucault's investigations were marked by different interests and, therefore, took place in various locations. Scholars (Machado, 2009; Aquino, 2013; Veiga-Neto, 2014) point out three phases in this journey: the archaeological, centered on knowledge; a genealogical one, interested in power; and ethics, external to the constitution of the subject. Focusing on the first phase, this article records a series of theoretical-methodological assumptions of Archaeological Discourse Analysis – AAD. The findings found and noted in this article result from an excavation process for the book *The Archeology of Knowledge* (2008), in which Michael Foucault outlined the *modus operandi* he used in the treatment of the object-discourse, of specific discursive modalities, an example of madness, sexuality and medical discourse, in his youthful research. Language as a terrain for excavating discourse, the archaeological zone of discourse, the positivity of discourse (existence, objectivity, exteriority and productivity), discourse as an utterance and the enunciative constituents of discourse (referentiality, subject position, associated fields and materiality) appear in the list of noted findings. In effect, such observations highlighted some of the assumptions that founded and guided their investigations, thus

* *Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, orientanda do professor Dr. Erenildo João Carlos, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação - GEPDIVE. Especialista em Educação de Jovens e Adultos (2010). cardoso.ndrc@gmail.com. ** Pedagogo. Doutor em Educação pela UFC (2005), Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. Membro do Grupo Articulador do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba e do Fórum de Educação da Paraíba. erenildojc@gmail.com*

orientaram suas investigações, delineando, assim, as fronteiras teórico-metodológicas da AAD e os traços da especificidade de sua abordagem sobre o discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Discurso; Enunciado; Análise Arqueológica do Discurso; Teoria do discurso

outlining the theoretical-methodological boundaries of AAD and the specific features of its approach to discourse.

KEYWORDS: Language; Speech; Announced; Archaeological Discourse Analysis; Discourse theory

INTRODUÇÃO

Sabe-se que Foucault foi um estudioso produtivo e que foram três as suas fases investigativas: a arqueológica, a genealógica e a ética¹. A fase arqueológica centrou-se na problemática do saber, marcando sua juventude, o que ocorreu por volta das décadas de 1950 e 1960. São representativas dessa fase as obras *História da Loucura* (1961), *Nascimento da Clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969).

Na segunda fase, identificada como genealógica, o interesse de Foucault deslocou-se para o objeto-poder, enquanto constituinte das relações sociais. Suas investigações sobre esse assunto ganharam força na década de 1970, sobretudo a partir de sua aprovação para o exercício da docência no Collège de France, para ensinar *História dos sistemas de pensamento*, ocupando o lugar de Jean Hyppolite, seu ex-professor de filosofia (FOUCAULT, 1997). Alguns escritos marcam essa fase, a exemplo dos livros *A ordem do discurso* (1970), *A verdade e as formas jurídicas* (1974) e *Vigiar e punir* (1975).

Na terceira fase, denominada de ética, Foucault dedicou-se a estudos pertinentes a processos sociais e históricos de constituição da subjetividade do indivíduo e de subjetivação coletiva. Essa fase predominou na década de 1980, período em que Foucault faleceu, o que ocorreu, precisamente, em 1984. Algumas de suas produções ilustram essa fase, a exemplo do volume I de *A vontade de Saber* (1976) e a *Hermenêutica do sujeito* (2001).

Essas fases e seus respectivos escritos se encontram disponíveis, circulando aos domínios diversos das ciências sociais e humanas, como é o caso da área da educação. Nosso interesse do legado de Foucault encontra-se na primeira fase, por isso nos concentramos nela, vez que é nela que a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) aparece e constitui-se enquanto tal. Entretanto, nosso intento, aqui, é mais modesto, pois não temos o propósito de realizar uma discussão profunda do assunto, ou seja, não pretendemos fazer uma espécie de revisão da literatura ou de estado da arte.

Ademais, devido à complexidade dessa temática, bem como das inúmeras possibilidades de seu uso, no âmbito das pesquisas sociais e humanas, traremos à baila, tão somente, alguns aspectos teóricos e metodológicos das contribuições arqueológicas de Foucault, que funcionam como pressupostos, constituintes e orientadores do modo operandi de análise e descrição do discurso desenhado por Foucault, a partir das pesquisas que empreendeu em sua fase arqueológica.

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO – AAD

Como foi dito, esse texto se ocupa em problematizar a questão do discurso, ou, mais precisamente, o discurso na perspectiva da Análise Arqueológica do Discurso (AAD). Tal abordagem encontra-se registrada e sistematizada, por Foucault, em seu

livro *A arqueologia do saber* (2008). Nele observamos como Foucault utilizou diferentes maneiras de designá-la: análise do discurso, análise do enunciado, análise da linguagem, análise das coisas ditas, enfim, arqueologia.

O estudo sobre esse assunto no referido livro, permite-nos encontrar, em meio à dispersão do que nele escreveu Foucault, uma expressão particular que acabou sendo, de fato, aquela que designaria seu modo de tratar, enunciativamente, a questão do discurso. Sobre isso, diz Foucault que, ao “refletir sobre a utilidade dessa análise [...] por um ato talvez muito solene, batizei de “arqueologia” (FOUCAULT, 2008, p. 153). Como se lê, a palavra ‘arqueologia’ acabou sendo, em meio à outras, a que Foucault utilizou para nomear o modus operandi de sua maneira de abordar o discurso, modo que ele assinala como sendo “[...] *uma das linhas de abordagem* para a análise das performances verbais” (FOUCAULT, 2008, p.231. Grifo nosso).

Ao descrevê-la assim, notam-se, pelo menos, três aspectos fundamentais da AAD: o primeiro, frisemos, é que ela é uma abordagem, ou seja, uma maneira específica de tratar o objeto-discurso; o segundo, que a maneira de Foucault conhecer o objeto-discurso é analítica, vez que se ocupa em adentrar os elementos e relações próprias constituintes do objeto investigado; o terceiro, que o procedimento de análise, empreendido pela AAD, toma, como ponto de partida de suas escavações, ‘as performances verbais’, ou seja, o que é dito e o modo de dizer a respeito de algo, seja no âmbito da escrita ou da fala.

Evidencia-se, assim, que um dos pressupostos da AAD incide, preliminarmente, sobre o terreno da linguagem, seus usos e apropriações. Pressuposto que aparece escrito em outro lugar de *A arqueologia do saber* (2008), em que Foucault informa o seguinte:

[...] apelei para todo um aparelho, cujo peso e, sem dúvida, *bizarra maquinaria* são embaraçosos, pois já existem vários *métodos capazes de descrever e analisar a linguagem*, para que não seja presunção querer acrescentar-lhes outro (FOUCAULT, 2008, p.153. Grifo nosso).

À primeira vista, nota-se que o caráter analítico e descritivo da Arqueologia tem seu foco na linguagem. Considerando que a AAD toma como ponto de partida de sua investigação a linguagem, verifica-se que isso é indicativo da necessidade de se conhecê-la, a fim de não somente podermos dizer algo sobre ela, mesmo que sucintamente, mas de entender o lugar que ela tem na abordagem teórico-metodológica da AAD.

Nesse sentido, parece-nos relevante mencionar, em primeiro lugar, que a linguagem é constituída por signo, é entendida, aqui, conforme esclarece Carlos (2017), como sendo tudo o que se põe no lugar de outra coisa. Ora, o fato de a linguagem ser, precisamente signo, faz com que ela seja “sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo”, que seja sempre “atormentada pela ausência” (FOUCAULT, 2008, p. 126).

Esse modo de existência da linguagem possibilita que, ao tempo em que ela nos permite dizer algo sobre alguma coisa, também guarde uma profunda diferença com o que nos faz lembrar, remeter, referir-se. Assim, pode-se dizer que uma coisa são as coisas em si (fatos, acontecimentos, processos, práticas) e outra, ontologicamente diferente, é a linguagem utilizada para dizermos algo sobre elas (a exemplo da palavra escrita e/ou da fala).

É importante também destacar que, embora o signo seja o ser da linguagem, o mesmo não deve ser dito sobre o discurso. Isso porque o fato de não existir discurso sem signo não significa que o signo seja o ser do discurso. Ou seja, o discurso não é, precisamente, signo. Ele é mais do que signo. Sem dúvida que o signo se faz presente

no discurso, entretanto, nele se põe de modo diferente, ao funcionar como enunciado. Em outros termos, o ser do discurso é, arqueologicamente dizendo, o enunciado. Como escreveu Foucault (2008, p. 55):

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. *É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever* (FOUCAULT, 2008, p. 55. Grifo nosso).

Além disso, AAD identifica a linguagem como um terreno constituído por várias camadas, regiões, zonas: o discurso seria uma delas. Ela seria uma espécie de lugar constituído por uma diversidade de outros lugares. Uma instância específica com domínios particulares de existência. Sobre esse assunto, esclarece Alcantara (2013):

A AAD parte do pressuposto de que o terreno de sua escavação é a linguagem, seja ela escrita, falada ou visual. Entretanto, seu interesse específico se encontra em investigar e conhecer como se organiza e funciona uma camada singular desse lugar, que é, precisamente, o território arqueológico do discurso [...] isto é, saber sobre a ordem de funcionamento da linguagem porque ela é o lugar onde aparece e se constitui o discurso, como acontecimento enunciativo (Alcantara, 2013, p.34).

Quando a AAD acolhe o pressuposto da linguagem como um território constituído por distintas zonas, regiões ou camadas, reconhece, de um lado, que ela se apresenta como um lugar complexo no qual e por meio do qual se realiza a comunicação humana, constituída e desenvolvida por meio de diversas práticas sociais e culturais, organizadas em determinados espaços geográficos, socialmente construídos ao longo do tempo. De outro, que os indivíduos, permeados por todo um processo de contingências históricas, recorrem à linguagem, por exemplo, como um dispositivo de comunicação capaz de codificar e decodificar informações, conhecimentos e saberes, seja por meio da escrita, da fala ou da imagem.

Esse pressuposto da linguagem permite vê-la como um lugar de registro de saberes e de maneiras de a sociedade se organizar. Maneiras estas que foram se constituindo e se efetivando, ou seja, ganhando vida, nos espaços multifacetados e complexos, os quais determinam, direta e indiretamente, a formação dos indivíduos, constituídos pelas relações econômicas, políticas, religiosas, ou seja, pelas forças culturais objetivas e que determinam o modo de vida dos grupos sociais.

Ao tocar nos referidos aspectos da linguagem, intencionamos ressaltar que, em face de tais possibilidades de modos de existência, a AAD ocupa-se com o lugar da linguagem em que se encontram os objetos da curiosidade e da vontade de saber próprios da arqueologia, ou seja, com o nível do discurso e de seus objetos enunciativos, constitutivos da linguagem.

Saber disso é de suma importância para se entender que, embora a AAD reconheça a linguagem como importante, a ponto de considerar que não há discurso sem signo, ela não se configura, em si mesma, o foco de interesse da AAD, muito menos, ainda, qualquer de suas regiões, zonas ou dimensões. De fato, o que a AAD busca conhecer é o discurso. Esse é o objeto de sua investigação. Ao se referir à Arqueologia, Foucault (2008) esclarece essa questão:

O problema dela é, pelo contrário, *definir os discursos em sua especificidade*; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los (FOUCAULT, 2008, p. 153. Grifo nosso).

Nesse sentido, verifica-se que a análise e a descrição do discurso, batizada de Arqueologia, pelo próprio Foucault, é uma abordagem teórico-metodológica, cuja maquinaria visa saber a respeito de uma série de objetos existentes em um nível específico do terreno da linguagem, qual seja, o do discurso, entendido enquanto enunciado, cujas regras de funcionamento devem ser analisadas e descritas para serem conhecidas. Constata-se, assim, que Foucault esboçou e propôs um método de investigação do discurso-objeto que, segundo ele, não seria

[...] nada além e nada diferente de *uma reescrita*: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a *descrição sistemática de um discurso-objeto* (FOUCAULT, 2008, p. 157-158. Grifo nosso)

Nota-se, nessa passagem, em que a especificidade do discurso-objeto aparece, que Foucault enuncia outros pressupostos importantíssimos da AAD (a ‘exterioridade’ e o ‘já dito’, por exemplo), que merecem ser explicitados, mesmo que sucintamente, devido à sua relevância teórico-metodológica. Pressupostos que, de um modo ou de outro, atravessam o entendimento arqueológico do nível discursivo da linguagem e que dizem respeito a uma das noções fundamentais da AAD, qual seja, a de positividade.

Sem dúvida, a noção de positividade apresenta-se como uma categoria geral, cujo conteúdo assinala que a AAD investiga, de um lado, o que se diz na efetividade da linguagem. Como dissera Foucault (2008, p. 124), “aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva”. De outro que, de fato, ela se ocupa com o acontecimento enunciativo (regras, formações discursivas, relações enunciativas, por exemplo). Assim, ao se ocupar com o que foi ou é, efetivamente, escrito, pronunciado, a AAD busca escavar os elementos enunciativos que a constituem.

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham Michel FOUCAULT sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. (FOUCAULT, 2008, p. 29-30)

O interessante é que Foucault opera, ao longo do livro *A arqueologia do Saber* (2008), de diferentes maneiras com a ideia do ‘efetivamente dito’, cujos traços se expressam por meio de outras noções, a exemplo de existência, objetividade, exterioridade e produtividade do discurso. Essas maneiras indicam não somente a evidência da riqueza semântica da noção, mas, sobretudo, as possibilidades que a noção possui para se referir a distintas faces do discurso, capturando, assim, o discurso como um modo específico de existência e de funcionamento no nível arqueológico da linguagem.

No caso da ideia de existência do discurso, lembra-nos Carlos (2017) que somente se pode conhecer algo existente. Ora, ao se considerar que o conhecimento é uma das maneiras de se saber algo sobre alguma coisa, podemos dizer que esse pressuposto se encontra, devidamente, assumido por Foucault, no que tange ao discurso, vez que o objeto-discurso existe, que ele é um fato de linguagem e que seu modo de existir é o enunciado. Em razão disso, Foucault esclarece que o termo arqueologia “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência” (FOUCAULT, 2008, p. 149).

Em face do traço arqueológico da existência do discurso, pode-se dizer que o “enunciado não é assombrado pela presença secreta do não-dito, das significações ocultas, das repressões” (FOUCAULT, 2008, p. 125). Isso confere ao dito uma dimensão objetiva, que após ser pronunciado, independe da subjetividade, ou seja, dos sentidos que o indivíduo falante supõe imprimir no que pronuncia e anuncia. Assim, a

‘efetividade das coisas ditas’ expressa não somente algo que existe, mas também o caráter objetivo do que se diz, vez que, como dissera Foucault (2008), o dito, na perspectiva enunciativa, não se relaciona a “[...] operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 32).

O discurso, enquanto enunciado, opera um distanciamento das relações entre o dito e o indivíduo falante, de modo tal que o que se investiga não são os sentidos, as significações, os desejos, as concepções ou as ideologias que o indivíduo intencionaria expressar, mediante o uso da linguagem. Isso porque a existência e a objetividade do que se diz evidenciam a dimensão positiva da exterioridade, que se põe tanto na linguagem, quanto no próprio nível arqueológico do discurso-enunciado. Em razão disso, podemos analisar e descrever um determinado discurso. Sobre isso, esclarece Foucault (2008, p. 139):

[...] o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. "Não importa quem fala", mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Por fim, no que tange ao pressuposto da face produtiva do discurso, ou melhor, das implicações do discurso no jogo das relações enunciativas, de seus efeitos e consequências discursivas, bem como sócio-históricos, vale destacar que, independentemente de qual seja, o discurso não é neutro, vez que se situa na dinâmica da constituição do saber que se tem e se busca ter a respeito de determinados assuntos e aspectos da realidade social e histórica.

Em outros termos, seria precisamente o fato de o discurso ser constituído positivamente de existência, de objetividade e de exterioridade que lhe confere uma dimensão produtiva no jogo das relações discursivas, bem como das práticas sociais e históricas. Isso se encontra explicitado, por exemplo, na passagem abaixo, em que Foucault afirma que, para a arqueologia, o discurso:

[...] aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; *um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas"), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política* (FOUCAULT, 2008, p. 136-137. Grifo nosso).

Observa-se que a AAD não é um dispositivo de análise da subjetividade ou da psique das pessoas, quando intencionamos conhecer o que se diz sobre algo. Isso por que seu intuito visa, em última análise, “[...] definir o tipo de positividade de um discurso (FOUCAULT, 2008, p. 142). Nas palavras de Foucault, a “[...] arqueologia situa sua análise em um outro nível [...]”, cujas fronteiras “[...] só podem ser demarcadas uma vez definidas as positivities em que aparecem e as regras segundo as quais essas positivities foram formadas” (FOUCAULT, 2008, p. 184).

Em razão de que é sobre a positividade do nível discursivo que os objetos das pesquisas arqueológicas se situam, que se pode recorrer aos referidos pressupostos teórico-metodológicos e às noções arqueológicas do discurso, do enunciado, saber e do campo associado (tratadas a seguir) para analisar um feixe de relações enunciativas determinadas que constituem diversas e diferentes modalidades discursivas, erigidas

como objetos de investigação das pesquisas analítico-arqueológicas do discurso.

O DISCURSO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Vimos, até aqui, que o objeto de investigação da Análise Arqueológica do Discurso – AAD é, conforme a própria abordagem registra, o discurso, identificado como enunciado. Ao se determinar o discurso como o objeto, emerge a necessidade de se definir qual o entendimento da AAD sobre essa noção. Desse modo, ela se apresenta, ao mesmo tempo, como objeto e como uma de suas principais e fundamentais noções. Provavelmente, em razão disso, Foucault realizou um intenso esforço de explicitação e delimitação da especificidade arqueológica de seus contornos semânticos. O que se pode observar mediante a leitura atenciosa do texto de *A arqueologia do saber* (2008), a qual nos permite constatar que a tese arqueológica do discurso como enunciado não é tão simples.

No tópico anterior, tocamos na diferença entre o ser da linguagem (o signo) e o ser do discurso (o enunciado), tendo em vista explicitar a relação e a distinção entre linguagem e discurso, assim como afirmar que, embora o enunciado seja constituído por signo, ele não é, em si, signo, vez que o signo, enquanto coisa que se põe no lugar de outra coisa, não funciona do mesmo modo nas diferentes zonas da linguagem.

Exemplo disso encontra-se no domínio da língua, em que o signo aparece como frase (uma unidade de sentido); e no da filosofia, no qual o signo se configura como proposição, que exige, necessariamente, o nexos lógico entre o que se diz e os fatos (unidade entre as palavras e as coisas). Entretanto, nenhum desses casos caracteriza o modo de existência do domínio enunciativo da linguagem, vez que, conforme esclarece o Foucault (2008) arqueológico,

[...] *o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem*; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. (FOUCAULT, 2008, p. 97. Grifo nosso).

Com efeito, como se pode conferir nessa passagem e em tantas outras do livro *A arqueologia do Saber* (2008), a diferença entre a análise e sistematização da maneira arqueológica de se entender o enunciado foi uma ocupação central de Foucault. Ocupou-se de modo tal que podemos facilmente identificar a importância dada à referida noção no mencionado livro. Fato que se verifica, por exemplo, no capítulo intitulado ‘Definir o enunciado’, em que se dedicou a discutir o termo.

É emblemático constatarmos que, no processo de elaboração da noção arqueológica do discurso-enunciado, uma das estratégias argumentativas utilizadas por Foucault foi a de retomar distintos significados de diferentes unidades: a frase na linguística; a proposição, na filosofia, e o ato de fala, na pragmática. Tudo isso para esclarecer que não se deve confundir tais unidades e seus respectivos significados, associados aos referidos domínios do saber elaborado, com o sentido arqueológico de enunciado, descrito por Foucault como uma função. Sobre isso, informa Foucault (2008):

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que *ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função* que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdo concretos, no tempo e no espaço. [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 97. Grifo nosso).

Como se nota, em sua empreitada de esboçar a abordagem da AAD, Foucault buscou esclarecer que o enunciado não se configurava, de um lado, como uma unidade ou estrutura, tal como a frase na linguística; a proposição, na filosofia; ou o ato de fala, no pragmatismo. De outro, intencionou demonstrar, a partir do que o enunciado não era, o que ele seria na perspectiva da abordagem da AAD.

Não obstante o estudo que temos feito sobre *A arqueologia do saber* (2008), apontar a relevância e a complexidade de tal assunto e das inteligentes maneiras Foucaultianas de explicitá-lo, não queremos, aqui, retomar tal discussão, em sua completude e profundidade. Basta-nos, em razão dos objetivos desse texto, tocar em dois aspectos da questão, presentes na argumentação de Foucault, a fim de identificar a especificidade da noção do discurso-enunciado. O primeiro aspecto que desejamos destacar diz respeito ao pressuposto da ideia de relação como o ser do enunciado e, mais precisamente, do entendimento arqueológico de relação como uma função. O segundo refere-se aos quatro elementos enunciativos, apresentados por Foucault, que constituem o enunciado, a saber: referencialidade, posição de sujeito, campos associados e materialidade. Vejamos, resumidamente, cada um desses aspectos.

No que tange ao primeiro aspecto da questão, referente à noção de enunciado, enquanto relação-função, ou seja, como definidores do ser do enunciado, cabe frisar que, ao considerar e definir o enunciado, especificamente assim, Foucault assume, de um lado, que seu ser é, precisa e necessariamente, relação; de outro, que a relação própria do enunciado é a função. Assim sendo, Foucault acolhe e emprega a ideia de que a singularidade da relação do enunciado apresenta um caráter prático, afeito ao uso que se faz e se pode fazer de determinados termos (expressões, formulações ou séries de signo) no espaço de um feixe de relações particulares. De certa maneira, esse é o entendimento que se encontra registrado, por exemplo, na passagem, abaixo, de *A arqueologia do saber* (2008):

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: *não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente*; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2008, p. 112. Grifo nosso).

Explicitado desse modo o enunciado, uma formulação qualquer se torna enunciado à medida que estiver em conexão com outras séries de signos, elementos discursivos ou não discursivos. Posicionando-se assim o signo, ou seja, como parte de um complexo de relações específicas, ele é identificado e descrito como enunciado. Em outras palavras, à medida que o signo se entrelaça no seio de tais conexões, tecido como um feixe de relação determinada, tal feixe passa a funcionar, para ele, como condição de possibilidade de ser usado dessa ou daquela maneira, e não de outra. É esse caráter relacional envolvendo o signo que define a existência do signo como enunciado. Assim posto, esclarece Foucault (2008):

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 97. Grifo nosso).

O reconhecimento do enunciado como um determinado complexo de relações específicas, particulares, no qual o signo se encontra imerso e implicado, cumprindo um papel e *status* singular, é que define o modo arqueológico de o signo funcionar como enunciado. Tendo em vista esclarecer essa ideia e empregá-la, Foucault fez uso de uma

variedade de argumentos, os quais consideramos desnecessário retomar, um a um, aqui. Fiquemos, apenas, com o exemplo emblemático da diferenciação que ele fez entre o enunciado e a frase. Nesse sentido, esclarece FOUCAULT (2008):

Certamente, não se sabe muito bem o que “quer dizer” um conjunto de palavras como “Isso eu lhe direi amanhã”; de qualquer modo, não se pode datar esse amanhã, nem nomear os interlocutores, nem adivinhar o que deve ser dito. *Só resta dizer que se trata de uma frase perfeitamente delimitada, conforme as regras de construção da língua* (FOUCAULT, 2008, p. 109. Grifo nosso).

Nessa passagem, observa-se que a frase ‘Isso eu lhe direi amanhã’, em si mesma, não teria um sentido determinado, pois lhe faltariam vários elementos com os quais se relacionariam, a fim de que tivesse um sentido particular, de modo que ela pudesse dizer algo inteligível. O interessante é que a ausência desses elementos não faz com que ela deixe de ser uma frase, pois sua formulação contempla uma série de signos regulados perfeitamente pelas regras da gramática. Sobre a noção de frase, vale a pena destacar o significado utilizado por Foucault em *A arqueologia saber* (2008), anotado na seguinte passagem:

[...] *chamaremos frase ou proposição as unidades que a gramática ou a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos: essas unidades podem ser sempre caracterizadas pelos elementos que aí figuram e pelas regras de construção que as unem; em relação à frase e à proposição, as questões de origem, de tempo e de lugar, e de contexto, não passam de subsidiárias; a questão decisiva é a de sua correção (ainda que sob a forma de “aceitabilidade”)* (FOUCAULT, 2008, p. 121. Grifo nosso).

No caso específico da frase mencionada, verifica-se que, mesmo não se sabendo o que ela queira dizer, aceita-se, tranquilamente, que seja uma frase, pois atende ao critério da correção gramatical. Provavelmente, não se reconheceria como tal uma formulação que descumprisse os mínimos critérios linguísticos, como no caso de reduzirmos a frase ‘Isso eu lhe direi amanhã’ à expressão ‘Isso eu’, ou ao sintagma temporal ‘amanhã’. Assim, sem a relação gramatical determinada entre alguns elementos linguísticos (tais como o sujeito, o predicado, o tempo e o lugar), uma série de signo poderá não ser considerada frase, pois não teria um conjunto de elementos que pudessem lhe atribuir um determinado sentido.

Com efeito, o ponto que queremos frisar, no exemplo da frase ‘Isso eu lhe direi amanhã’, é o fato de que seja no caso da ausência de sentido da formulação, pela falta de elementos não linguísticos, ou de sua aceitação como frase, pela presença de certos componentes gramaticais, o que se coloca em jogo, como algo determinante de uma coisa ou de outra, é, na verdade, a ausência ou não de certos tipos de relações. Como dissera Foucault, “É no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada” (FOUCAULT, 2008, p. 101).

Ou seja, uma série de signos determinados somente terá sentido ou não, somente será identificada como frase ou não, se ela tiver, com outra coisa, uma relação determinada. É, precisamente, isso que define o enunciado, que faz com que uma formulação qualquer seja vista como tal. Verifica-se, frisemos, que, do ponto de vista arqueológico:

O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma

certa materialidade, e que se possa sempre situá-lo segundo coordenadas espaço-temporais).(FOUCAULT, 2008, p. 97. Grifo nosso).

Como podemos notar, o que define a especificidade do discurso, enquanto enunciado, é o fato de uma formulação qualquer, ou uma série de signo determinada, encontrar-se intrinsecamente ligada a outras. O que indica que o enunciado se apresenta, de um lado, como “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (FOUCAULT, 2008, p. 97); de outro, que o tipo de relação própria que o define é uma função, restando-nos saber quais seriam as relações que cumprem a tarefa própria do que Foucault descreve como sendo função do tipo enunciativa. Tarefa expressa quando ele indaga: “Como definir a relação que caracterizaria, exclusivamente, o enunciado – relação que parece implicitamente suposta pela frase ou pela proposição e que lhes aparece como anterior?” (FOUCAULT, 2008, p. 102).

Responder a essa pergunta demanda muito tempo e estratégias diversas. Além disso, foge ao escopo deste texto. Por isso, não temos a pretensão de abordá-la tal como mereceria. Restringir-nos-emos a tocar nesse assunto a partir do que anunciamos antes, ou seja, de nossa pretensão de adentrarmos, sucintamente, nos elementos enunciativos da função enunciativa, a saber: da referencialidade, da posição de sujeito, do campo associado e da materialidade.

Já vimos antes que o ser do discurso é o enunciado; que o enunciado é constituído por um complexo de relações determinadas e que a função é o gênero de relação que tece os fios do enunciado. Vejamos, agora, as peculiaridades do modo de existência da função enunciativa, analisada e descrita por Foucault, a partir dos quatro elementos enunciativos mencionados.

Ao analisar e descrever a noção de função enunciativa, Foucault dedicou um tópico exclusivo para isso em *A arqueologia do saber* (2008). Nele, expôs uma argumentação complexa, que buscou especificar cada um dos elementos que constituem o enunciado, ao tempo em que apresentou cada um deles como sendo parte constituinte das condições necessárias à existência de uma série qualquer de signos, enquanto enunciado. Em suas palavras, “*Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com “outra coisa” [...], uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos* (FOUCAULT, 2008, p. 100. Grifo nosso).

Aqui, aparece marcado o caráter relacional do enunciado, enquanto condição de possibilidade e de existência de uma determinada série de signo se tornar enunciado. Nesse lugar, encontra-se um dos tipos de relações próprias do enunciado, a referencialidade. Distinta, evidentemente, da referência que prima pelo nexos entre as palavras e as coisas (proposição) ou da referência que conecta a frase ao contexto. Portanto, diferente da frase e da proposição, esclarece Foucault (2008):

Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um correlato - ou uma ausência de correlato, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). *Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas* (FOUCAULT, 2008, p. 103. Grifo nosso).

Verifica-se, nessa passagem, o pressuposto de que não há ausência de referência na configuração da noção de enunciado. O que há, na verdade, é a ausência dos modelos de referências próprios da linguística e da filosofia, vez que, diferentemente, o

referencial do enunciado não é constituído por ‘coisas’, ‘fatos’ e ‘realidades’ empíricas e perceptivas, mas por ‘leis de possibilidade’ e ‘regras de existência’ para objetos e relações específicos. Em razão disso, afirma Foucault (2008):

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações *que são postas em jogo pelo próprio enunciado*; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que *dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.* (FOUCAULT, 2008, p. 103. Grifo nosso).

Em linhas gerais, sabe-se que não há uma formulação de algo a respeito de alguma coisa que não seja elaborada ou emitida por alguém. Nesse sentido, pode-se dizer que uma condição necessária para que uma série de signo qualquer exista seja a de que ela esteja vinculada a um sujeito determinado. Se acolhemos como certo o que foi discutido no tópico anterior, a respeito da linguagem, certamente, aceitaremos o pressuposto de que não há coisa pronunciada ou escrita que não tenha sido elaborada ou produzida por alguém. Ou seja, a linguagem, o signo, uma série de signo qualquer ou uma formulação não existe por si mesma. Pressuposto inteiramente aceito por Foucault (2008), ao escrever que não “[...] há signos sem alguém para proferi-los ou, de qualquer forma, sem alguma coisa como elemento emissor [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 104).

Nesse sentido, além do referencial do enunciado, que funciona como o lugar, condição, o campo de emergência e a instância de aparecimento e constituição do enunciado, outro elemento que faz com que uma série de signo apareça enquanto tal é o que Foucault denomina de posição de sujeito. Posição assumida por indivíduos distintos no espaço de correlações propiciado pelo referencial do enunciado.

Assim, verifica-se que, do ponto de vista da linguagem, há a necessidade da existência de um sujeito como condição de possibilidade do aparecimento de uma série de signo particular, vez que, para “[...] que uma série de signos exista, é preciso – segundo o sistema das causalidades – um "autor" ou uma instância produtora [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 104). Isso ratifica o pressuposto da existência de uma relação específica, caracterizada pela relação entre sujeito emissor e signo.

Do ponto de vista arqueológico, a relação do sujeito e do que se enuncia é singular, conforme explicita Foucault, ao dizer que o enunciado “[...] mantém com *um sujeito uma relação determinada* que se deve isolar, sobretudo, das relações com as quais poderia ser confundida, e *cujas natureza é preciso especificar*” (FOUCAULT, 2008, p. 103-104. Grifo nosso). Ora, se nenhuma das relações apontadas (significado-significante, frase/sentido e proposição/referência) deve ser considerada como modelo ou parâmetro para se pensar, analogicamente, a especificidade no tipo de relação entre o sujeito do enunciado e o que ele enuncia, qual seria ela? Em face de tal questão, Foucault (2008) responde o seguinte:

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; *mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito* (FOUCAULT, 2008, p. 108. Grifo nosso).

Dito de outro modo, Foucault assinala, enfaticamente, que o sujeito do enunciado é “[...] um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes [...]”, e que ele “[...] é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma [...]”. Esse lugar “[...] é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função

enunciativa e permitem descrevê-la [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 108. Grifo nosso).

Em face disso, cabe concluir que a relação entre o sujeito do enunciado e o que ele enuncia não é da mesma natureza que a de um sujeito de uma frase, a do falante, e as coisas que pronuncia, ou a do autor e o texto que escreveu. Nesse sentido, assevera Foucault (2008):

“Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso (FOUCAULT, 2008, p. 107.).

Se o indivíduo, para dizer alguma coisa, precisa se colocar em uma determinada posição de sujeito, propiciada por um determinado referencial, para que ele possa dizer algo sobre um determinado assunto, formular uma série de signo específica, mediante sua escrita ou seu pronunciamento, será necessário que o que diz esteja em conexão com uma série de outras formulações, com elas associadas e não supostas ou justapostas.

Em outros termos, enquanto enunciado, é necessário que uma certa formulação exista sempre vinculada a um feixe de relações específicas. Dito de outro modo: “[...] uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 111). Essa seria a terceira condição para que uma série de signo qualquer exerça uma função enunciativa, a saber: a “existência de um domínio associado” (FOUCAULT, 2008, p. 108). Sobre isso, acrescenta Foucault (2008):

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2008, p. 112. Grifo nosso).

Por fim, explica Foucault (2008, p. 112-113) que, para “[...] que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado, é preciso que ela preencha uma quarta condição: deve ter existência material”. Aqui, deparamo-nos com mais uma afirmativa de Foucault que merece ser entendida no devido lugar teórico-metodológico da AAD. Lembramos que, tal como os termos referencialidade não dizem respeito a ‘fatos’ nem a ‘realidades’, que o sintagma sujeito não se associa ao ‘indivíduo falante’ ou ao ‘autor de um livro, a expressão ‘existência material’ também não tem um sentido empírico, concreto, em se tratando de enunciado.

Certamente, uma das vias de entendimento desse assunto encontra-se na diferença e relação, já mencionada, entre o signo e o enunciado. O signo, enquanto ser da linguagem, requer, necessariamente, uma espessura material empírica ou simbólica para ser registrado e posto em circulação. A perspectiva arqueológica reconhece e acolhe o pressuposto que não há enunciado sem signo. Reconhece que, embora o enunciado funcione de maneira diferente do signo linguístico ou filosófico, isso não significa que o signo seja elidido, vez que não tem como o enunciado existir sem o signo. Fato aceito por Foucault (2008) ao questionar:

Poderíamos falar de enunciado se *uma voz* não o tivesse enunciado, se *uma superfície* não registrasse seus signos, se ele não tivesse tomado corpo em *um elemento sensível* e se não tivesse deixado *marca* - apenas alguns instantes - em uma memória ou em um espaço? Poderíamos falar de um enunciado como de uma figura ideal e silenciosa? (FOUCAULT, 2008, p. 113. Grifo nosso).

Com efeito, que não seria possível. Ora, se o enunciado não é um fantasma, uma ‘figura ideal e silenciosa’, ou uma coisa supostamente não dita, sem existência, positividade e exterioridade, conforme tratamos, qual seria a especificidade da materialidade do enunciado? O fato de o enunciado não ser o signo propriamente dito, ao falarmos de ‘existência material’, arqueologicamente, fala-se em positividade do enunciado.

Como já discutimos, tratar arqueologicamente uma série de signo qualquer, seja ele linguístico ou não, significa abordar um modo de existência singular do signo, marcado e definido a partir de um complexo de feixes de relações, que funcionam como “[...] leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos [...] e para relações [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 103). São esses feixes de relações que definem o aparecimento e o modo de ser de uma determinada formação discursiva. São eles que permitem que seja dito algo a respeito de uma determinada coisa ou outra. Em razão disso, entende-se que:

O regime de materialidade a que obedecem aos enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; *define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e percebíveis (FOUCAULT, 2008, p. 116. Grifo nosso).

A materialidade de um feixe determinado de relações que constituem uma determinada formação discursiva institui um regime de materialidade própria do enunciado, cuja positividade permite que seja proibido ou permitido que, se dito, ou não, algo a respeito de alguma coisa, que algo seja inscrito, reinscrito ou transcrito. Esse regime de materialidade funciona com um dos aspectos do enunciado, do saber que se pode acionar em uma determinada posição de sujeito.

Portanto, ao se dizer discurso na perspectiva da AAD, diz-se enunciado, a partir do entendimento de que ele é algo singular (discurso-enunciado), definido pelo par relação-função e pelo conjunto dos quatro elementos que o constituem, a saber: referencialidade, posição de sujeito, domínio associado e materialidade. Em síntese, pelo exposto, entenda-se a noção de discurso como sendo constituída “[...] por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 122).

O SABER COMO UM DOMÍNIO CONSTITUTIVO DO DISCURSO

Tendo em vista seguir o curso de nossas anotações acerca de alguns pressupostos teórico-metodológicos da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), consideramos pertinente tocar, mesmo que resumidamente, em mais uma de suas relevantes noções. Noção que, em certa medida, encontra-se atravessando tudo o que discutimos anteriormente. Referimo-nos ao saber que, tal como ocorre com as noções anteriormente abordadas, também possui um significado próprio no âmbito do esboço teórico da AAD. Em função da particularidade dos propósitos desse texto, discorreremos sobre alguns de seus aspectos arqueológicos.

Em primeiro lugar, cabe dizer que, para a AAD, o saber é, conforme informa Foucault (2008), o “[...] conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva [...]”. É ele que nos oferece o necessário e o possível de tudo “[...] aquilo de que podemos falar [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 204), a respeito de algo. Assim posto, o saber é definido, basicamente, por meio de três especificidades: a) “[...] o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]”; b) “[...] o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados [...]” e, por fim, define-se pelas “[...] possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Em segundo lugar, entender o saber desse modo arqueológico permite-nos diferenciá-lo do conhecimento, bem como reconhecer que o conhecimento é um modo de ser do saber, ou, melhor dizendo, uma maneira de o saber se apresentar, um de seus domínios. Desse modo, pode-se dizer que o conhecimento é um tipo de saber, cuja natureza depende de ser elaborado rigorosamente por meio do crivo do método, tal como ocorre com o conhecimento científico ou filosófico.

Parece-nos que o reconhecimento da diferença e da relação entre esses dois termos (saber/conhecimentos) é relevante, pois, conforme o próprio título do livro *A arqueologia do saber* (2008) registra, o objeto de interesse dos estudos e investigações arqueológicas é, em última instância, o saber, não o conhecimento. Tal entendimento pode ser identificado em vários lugares do referido livro e tratado de diferentes maneiras. Entretanto, basta-nos apontar o assunto, trazendo à baila a afirmação de Foucault relativa ao saber como o objeto da AAD, quando ele diz que ela “[...] encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 205). Ou, ainda, quando diz que, ao “invés de percorrer o eixo consciência-conhecimento-ciência (que não pode ser liberado do índice da subjetividade), a arqueologia percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 205).

Em terceiro lugar, não é demais informarmos que a questão do saber é rica e complexa, mesmo quando tratada no âmbito restrito da Arqueologia de Foucault. Não obstante, não tendo como aprofundar esse assunto como ele mereceria, destacamos outro aspecto da questão, qual seja: o entrelaçamento que existe entre o saber e a prática discursiva. Com efeito, a vinculação entre essas duas noções arqueológicas afirma o entendimento específico do saber, cuja existência encontra-se intimamente associada ao que Foucault escrevera no fragmento anterior, ou seja, que, do ponto de vista arqueológico, o saber e a prática discursiva encontram-se implicados, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida [...]” e “[...] toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 205).

Nota-se que, para o Foucault arqueológico, o saber é uma espécie de produto, vez que seria constituído por meio do que ele chama de prática discursiva, identificada, por sua vez, como o meio pelo qual e no qual o saber aparece, organiza-se, produz-se, constitui-se, forma-se. Quando se diz, portanto, que a prática discursiva forma o saber, pode-se, também, dizer que ela o produz e o organiza de uma maneira, e não de outra, de modo tal que, somente em razão do saber que a prática discursiva disponibiliza em uma de terminada época e lugar, poder-se-ia falar de um modo, e não de outro, a respeito de um determinado assunto. De forma tal que não haveria como se desvincular uma coisa de outra. Saber e prática discursiva estariam imbricados e implicados. Uma não existiria sem o outro. Se o saber foi especificado por Foucault com as características apontadas anteriormente, a prática discursiva é descrita como sendo

[...] *um conjunto de regras anônimas, históricas*, sempre determinadas no tempo e no espaço, *que definiram*, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, *as condições de exercício da função*

enunciativa (FOUCAULT, 2008, p. 133-134. Grifo nosso).

Enfim, em quarto lugar, vale frisar que o pressuposto teórico-metodológico arqueológico referente às ‘condições de exercício da função enunciativa’ sugere diferentes possibilidades de investigações. Com efeito, estamos cientes de que poderíamos investigar o objeto discurso, a partir de distintas funções, enquanto categoria de análise: a exemplo da referencialidade, da posição de sujeito e da materialidade. Cada uma dessas noções potencializa, a seu modo, diversas investigações sobre qualquer formação discursiva desejada pelo pesquisador, interessado em escavar suas fontes, tendo em vista produzir conhecimentos particulares sobre seu objeto-discurso de sua pesquisa. Nesse sentido, esclarece Foucault (2008), que

Os territórios arqueológicos podem atravessar textos "literários" ou "filosóficos", bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, *regulamentos institucionais, decisões políticas*. (FOUCAULT, 2008, p. 205. Grifo nosso).

Como se pode lê nesse fragmento, no caso específico dos saberes e das práticas discursivas em geral, cabe salientar que o saber que constitui um discurso em particular é o que permite que se possa falar a respeito da singularidade de algo e lugares distintos. Tal saber e prática discursiva, certamente, atravessam fontes e instâncias das mais variadas naturezas, as quais constituem os territórios arqueológicos do discurso que se deseja investigar, conhecer e explicitar. Essa perspectiva de abordagem abre a possibilidade da emergência de inúmeros objetos de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe acrescentar, ao rol do que já foi dito, que o elenco de problematizações, assertivas, argumentos, exemplos, caminhos e sugestões assinaladas por Foucault em seu livro *A arqueologia do saber* (2008), relativos à Análise Arqueológica do Discurso - AAD, guardam uma série de outros pressupostos, cuja riqueza teórica e metodológica fogem ao escopo da presente escavação, análise e descrição, vez que exigiria um tempo próprio, o qual agora não dispomos, ao tempo que também requereríamos propósitos específicos, similar ao que fizemos e comunicamos, nesse artigo.

Com efeitos, essa é uma tarefa a ser empreendida em investigações futuras que visem escavar o livro *A arqueologia do saber* (2008), recorrendo às próprias ferramentas apresentadas, desenvolvidas e explicitadas por Foucault, a fim de identificar, analisar e descrever, apropriadamente, outros pressupostos e de apontar seus usos. Com efeito, uma tarefa a ser pensada, tendo em vista tempos e propósitos futuros, que se debrucem sobre a referida fonte, examinando-a em busca de achados concernentes a outros pressupostos que delineiam os contornos do campo de possibilidades da AAD, enquanto um modo singular de abordar o discurso.

Chegamos ao fim da escrita desse artigo com a certeza de que os achados encontrados, analisados e descritos, resultantes da escavação do livro *A arqueologia do saber* (2008), indicam e corroboram que o referido escrito de juventude de Foucault caracteriza-se como um tratado teórico-metodológico de análise do discurso, merecedor de ser estudado, problematizado, reconhecido, apropriado e utilizado como uma teoria do discurso.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTRA, Marcos Angilus Miranda de; CARLOS, Erenildo João. Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (EJA). *Intersecções* (Jundiaí), v. 6, p. 59-73, 2013. Disponível em: http://www.portal.anchieta.br/revistas-elivros/intersecoes/pdf/intersecoes_ano_6_numero_3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.
- AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 301-324, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782013000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2024.
- CARLOS, Erenildo João. Achados sobre a noção arqueológica do discurso em Foucault. *Revista Dialectus*, v. 11, p. 176-191, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32649>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhan abquerque. 13. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tammus Muchail. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: perspectiva, 2014.
- MACHADO, Roberto. A trajetória da arqueologia. In: *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 145-155.
- VEIGA-NETO, Alfredo and Rech, Tatiana Luiza Esquecer Foucault? *Pro-Posições*, Ago. 2014, vol.25, n.2, p.67-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n2/04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

NOTAS

- 1 Sobre as fases da trajetória das investigações e anos de publicações dos mencionados escritos de FOUCAULT, consultar, também, a seguinte página da internet: <https://razaoinadequada.com/filosofos/foucault/>.